

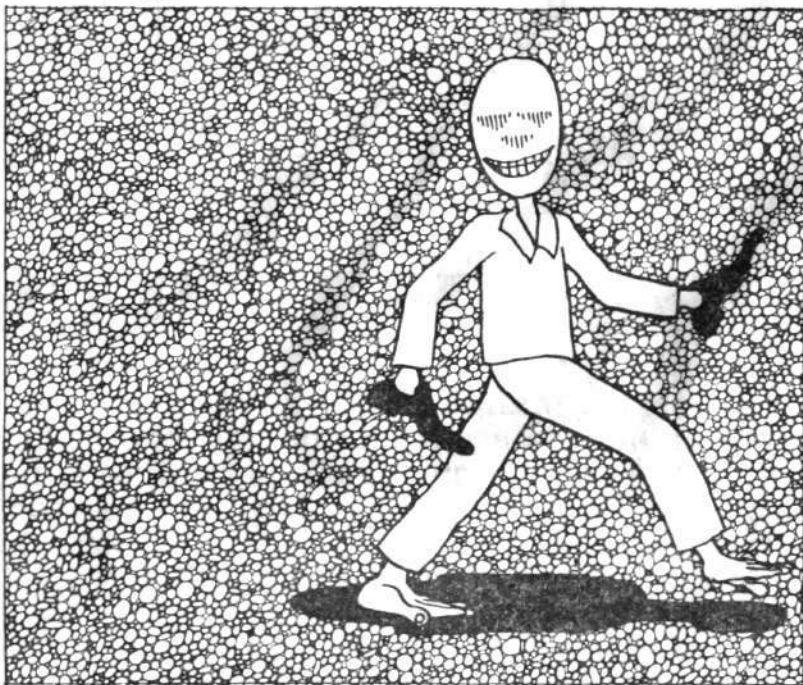
Os progressos da ordem

LUIZ CARLOS LISBOA

"Ninguém será submetido a tratamento desumano". O que a nova Constituição protege num dos seus mais generosos artigos é um direito tão antigo quanto o homem, e teve

seus primeiros registos no Génesis bíblico e no código de Hamurábi. O ministro da Justiça e os secretários de Segurança dos estados são os primeiros a se defrontar com dificuldades, na sua defesa, tendo em vista as condições dos cárceres no País e o despreparo dos quadros policiais. Os responsáveis pelas filas da Previdência Social terão de tomar providências urgentes, nos próximos dias, de modo a evitar os padecimentos que impõem e o mau humor do funcionalismo que atende o público. O tratamento desumano dado aos aposentados, que recebem pensões irrisórias e são olhados com o desprezo que as pessoas idosas normalmente atraem nas repartições brasileiras, precisa ser revogado urgentemente, em respeito à Carta Magna que acaba de ser promulgada.

Esse é apenas um dos artigos do novíssimo documento que está regendo os destinos da Nação. Há muitos outros, gerais e humanitários, que terão de moldar a vida num país que nunca pecou por excesso de método, zelo e ordem na sua vida interna, apesar da divisa na bandeira e dos bons propósitos de alguns homens públicos. Nunca foi levada a sério por aqui a recomendação do apóstolo Paulo, de que as coisas fossem feitas, na casa e no coração do homem, "de maneira decente e em ordem", pelo amor da correção e da justiça, mais do que pela simetria e a estética. Isaías, do Antigo Testamento, teria futuro incerto em nosso chão pelo amor que devo-



tava à disciplina e à organização (38:1).

Os tempos de presidentes militares no Brasil deixaram muito a desejar em matéria de ordem e previsão, como se sabe, apesar da tradição castrense da disciplina e do rigor na formação dos oficiais superiores. A de 64 foi uma revolução que se fez para suprimir um excesso de desordem, e que se manteve no poder sem que seus responsáveis soubessem exatamente o que mais queriam fazer. Foi uma revolução distraída. A esses tempos desperdiçados seguiu-se um último governo militar politicamente tolerante, mas perfeitamente desordenado, na boa tradição local.

E eis que a Nova República, imprecisa nos seus ideais e tumultuada nos seus avanços, deu prosseguimento à marcha mais ou menos cega do País em busca da... democracia — era isso mesmo? A futura Constituição tinha seu destino traçado, naturalmente, tanto na feitura quanto nos resultados. Diz-se agora que o País se adapta à nova Carta, o que pode ser uma metáfora, mas não é uma constatação. O Supremo Tribunal Federal nada

tem a ver com o Oráculo de Delfos, e no entanto terá de responder a milhares de questões, interpretar infinitos sonhos de uma multidão de desorientados. O habeas data servirá não somente para que o Estado confesse o que pensa de mal dos seus cidadãos, mas também para recompor a pista perdida de desaparecidos por motivos políticos, bem como encaminhar sua reabilitação pública. Empregados e empresários querem saber se as conquistas trabalhistas da nova legislação devem entrar em vigor hoje ou no próximo semestre. As grávidas, os maridos das grávidas, os líderes sindicais e até os novos pelegos estão ansiosos por respostas, atrás da hermenêutica dos seus sonhos.

A desordem antiga tomou uma feição legal, mais burocratizada, ritualista, que passa ao observador inexperiente a esperança de que as coisas estão finalmente se organizando. Algumas almas bondosas estão convencidas de que essa papelada que vai correr por conta das dúvidas da Pátria é uma penitência que temos de pagar pela verbosidade de que abusamos, sem resultados correspondentes.

As instituições financeiras e os tomadores de empréstimos sentiram nas últimas horas a sensação aterradora do vazio legislativo. Não é que ele exista de fato: a lei está aí, algo tosca e carente de complementação, mas está. O problema é saber o que ela significa no mundo real, coisa que somente os tribunais e sua jurisprudência poderão dizer, com um pouco de trabalho e muita paciência.

O pessoal do mercado financeiro foi o primeiro a sentir na própria carne as agulhadas da incerteza, mas outros grupos terão agora a sua vez. Os legisladores que mandaram revogar, de forma inadvertida, a lei da oferta e procura dizem aos jornais que a poeira vai assentar brevemente, e os 12% de juros que eles puseram na Constituição vão ser assimilados pelo País. A verdade é que essa é a sua oração de todas as noites, antes de dormir, não uma previsão realista sobre um problema difícil. A Nação vai mudar, diz o dr. Ulysses Guimarães, tentando injetar esperança em corações cansados, que no seu desalento só sabem se perguntar se a mudança não será para pior, o que faria do presidente da Constituinte uma Cassandra.

De todo modo, é espantoso que a Lei Máxima de um dos países mais pobres do mundo (vamos discutir outra hora o título de oitava economia do planeta, quando chegar a vez dos mitos) não cogite diretamente de acabar com essa pobreza, pelo caminho que outras nações seguiram neste mesmo século. É o amor secreto pela desordem que inocula a retórica nas almas de alguns homens, muito frequentemente aqueles que se consideram talhados para governar e deter o poder. A vaidade desatrelada vive bem no caldo de cultura da desordem, e isso talvez explique o "amável caos" em que nos acostumamos a viver, e que vamos tentar remediar com uma consolidação de sonhos e boas intenções.

Luiz Carlos Lisboa é jornalista e escritor.